

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.  
Relatório do auditor independente  
Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2025

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
Inova Saúde Sorocaba SPE S.A.  
São Paulo - SP

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de março de 2026.

# INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

## Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Notas	31/12/2025	31/12/2024		Notas	31/12/2025	31/12/2024
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.128	6.587	Fornecedores	-	3.495	1.461
Ativo financeiro de concessão	6	53.095	50.827	Empréstimos e financiamentos	8	8.233	7.958
Contas a receber	7	6.354	6.033	Arrendamento mercantil	-	-	411
Impostos e contribuições a compensar	-	2.219	1.571	Obrigações e encargos trabalhistas	9	3.298	2.762
Adiantamentos a fornecedores	-	480	384	Obrigações tributárias	10	8.928	13.961
Outras contas a receber	-	144	291	Partes relacionadas	11	-	13
		<b>75.420</b>	<b>65.693</b>			<b>23.954</b>	<b>26.566</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Contas a receber	7	3.532	9.040	Empréstimos e financiamentos	8	60.564	68.319
Partes relacionadas	11	6	-	Impostos diferidos	12 (b)	71.654	72.398
Impostos diferidos	12 (a)	11.798	9.677	Provisões para contingências	13	34.701	28.461
Ativo financeiro de concessão	6	162.877	164.017	Receita diferida	14	1.998	2.205
		<b>178.213</b>	<b>182.734</b>			<b>168.917</b>	<b>171.383</b>
						<b>192.871</b>	<b>197.949</b>
Ativo Imobilizado	-	9	13	<b>Patrimônio líquido</b>			
Ativo intangível	-	322	905	Capital social	15.1	30.457	30.457
		<b>178.544</b>	<b>183.652</b>	Reserva legal	15.2 (a)	6.090	6.090
				Reserva de lucros	15.2 (b)	24.546	14.849
						<b>61.093</b>	<b>51.396</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>253.964</b>	<b>249.345</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>253.964</b>	<b>249.345</b>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

# INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	16	73.328	65.517
(-) Custos dos serviços prestados	17	(64.548)	(56.062)
<b>Lucro bruto</b>		<u>8.780</u>	<u>9.455</u>
<b>(Despesas) e receitas operacionais</b>			
(-) Despesas comerciais, gerais e administrativas	18	(8.070)	(9.104)
(-) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	(2.238)	(1.724)
		<u>(10.308)</u>	<u>(10.827)</u>
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro</b>		<u>(1.528)</u>	<u>(1.373)</u>
<b>Resultado financeiro</b>			
(+) Receitas financeiras	19	50.265	50.862
(-) Despesas financeiras	19	(13.056)	(12.479)
		<u>37.209</u>	<u>38.383</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<u>35.681</u>	<u>37.010</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	12 (c)	(14.172)	(19.307)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12 (a)	2.188	5.409
		<u>(11.984)</u>	<u>(13.898)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u><u>23.697</u></u>	<u><u>23.112</u></u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

# INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>23.697</b>	<b>23.112</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>23.697</b>	<b>23.112</b>

**As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.**

# INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(Em milhares de Reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva de Lucros</u>			
	<u>Integralizado</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Reserva de Lucros</u>	<u>Lucro líquido do exercício</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>30.457</b>	<b>6.090</b>	<b>36.237</b>	-	<b>72.784</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	23.112	23.112
Constituição da reserva de lucros	-	-	23.112	(23.112)	-
Distribuição de lucros	-	-	(44.500)	-	(44.500)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>30.457</b>	<b>6.090</b>	<b>14.849</b>	-	<b>51.396</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	23.697	23.697
Constituição da reserva de lucros	-	-	23.697	(23.697)	-
Distribuição de lucros	-	-	(14.000)	-	(14.000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>30.457</b>	<b>6.090</b>	<b>24.546</b>	-	<b>61.093</b>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

# INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social geradas pelas atividades operacionais</b>	<b>35.681</b>	<b>37.010</b>
Variações monetárias sobre ativo financeiro de concessão	(49.837)	(46.219)
Reequilíbrio financeiro	(6.141)	(2.362)
Variações monetárias sobre reequilíbrio financeiro	(824)	(5.534)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos	9.110	9.169
Provisões para contingências	6.151	5.663
Provisões para reinvestimentos	89	-
Apropriação dos impostos diferidos - Pis e Cofins	(679)	(1.912)
Receitas diferidas	(207)	-
Baixa do ativo intangível	241	-
Depreciações	4	4
Amortizações	342	537
	<b>(6.070)</b>	<b>(3.644)</b>
<b>Variações em saldos de ativos e passivos</b>		
Ativo financeiro de concessão	48.709	46.783
Contas a receber de clientes	12.152	30.136
Impostos e contribuições a compensar	(648)	(431)
Adiantamento a fornecedores	(96)	-
Outras contas a receber	147	346
Fornecedores	2.034	(3.224)
Arrendamento mercantil	(411)	-
Obrigações e encargos trabalhistas	536	45
Obrigações tributárias	(19.205)	(8.249)
	<b>43.218</b>	<b>65.406</b>
<b>Pagamento dos financiamentos - juros</b>	<b>(8.852)</b>	<b>(8.818)</b>
<b>Caixa líquido gerado das atividades operacionais</b>	<b>28.296</b>	<b>52.944</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Pagamento dos financiamentos - principal	(7.736)	(7.088)
Contas Correntes partes relacionadas	(19)	(283)
Dividendos pagos aos acionistas	(14.000)	(44.500)
<b>Caixa líquido gerado das atividades de financiamento</b>	<b>(21.755)</b>	<b>(51.871)</b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>6.541</b>	<b>1.073</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	6.587	5.514
No fim do exercício	13.128	6.587
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>6.541</b>	<b>1.073</b>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

A Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. ("Sociedade") é uma anônima de capital fechado, localizada no município de Sorocaba - SP, constituída em julho de 2014, e tem como objeto social, única e exclusivamente sob o regime de concessão, realizar a construção, fornecer equipamentos, bem como, realizar a manutenção e gestão dos serviços não assistenciais em Complexos Hospitalares no Estado de São Paulo, o qual inclui a elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Hospital Estadual de Sorocaba.

O Governo do Estado de São Paulo, via sua Secretaria de Estado da Saúde, com o interesse em aumentar a oferta de serviços assistenciais de saúde prestados à população, identificou especialidades ainda não supridas pelo Poder Público. Diante disso, transferiu à iniciativa privada a construção de novos Complexos Hospitalares, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, bem como a prestação dos serviços não assistenciais previstos no contrato de concessão "Bata Cinza", visando aprimorar a gestão administrativa e melhorando o atendimento e a oferta de serviços e, nessas condições, a opção que melhor se adequou aos interesses do Estado de São Paulo e ao interesse público foi a contratação de Parceria Público-Privada, no modelo de Concessão Administrativa.

O Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo autorizou a contratação desta Concessão Administrativa, aprovando sua modelagem e incluindo o projeto no Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo, em ato publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, edição de 17 de outubro de 2014 - Poder Executivo - Seção I - página 5.

O objeto do Contrato de Concessão Administrativa dos Serviços "Bata Cinza" no Complexo Hospitalar é a realização das obras e investimentos para a construção, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, nos termos das disposições do Contrato, assim resumido:

- i. Elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Complexo Hospitalar, objeto do Contrato;
- ii. Construção e implantação do Complexo Hospitalar;
- iii. Fornecimento, instalação, comissionamento, atualização e manutenção dos equipamentos médico-hospitalares necessários ao Complexo Hospitalar objeto do Contrato;
- iv. Fornecimento, instalação, atualização e manutenção dos mobiliários necessários ao funcionamento do Complexo Hospitalar objeto do Contrato;
- v. Prestação dos Serviços "Bata Cinza";
- vi. Obtenção, aplicação e gestão de todos os recursos financeiros necessários à execução do objeto do Contrato.

O complexo hospitalar de Sorocaba foi concluído em março de 2018 onde a Sociedade iniciou as operações de serviços Bata Cinza. O prazo desta Concessão Administrativa será de 20 (vinte) anos, contados a partir da assinatura em 01 de setembro de 2015 do Termo de Transferência Inicial, podendo ser prorrogado pelo mesmo período mediante justificativa apresentada pelo Poder concedente.

## 2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação

As demonstrações contábeis da Sociedade são apresentadas em reais (R\$) e todos os valores arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como certos ativos e instrumentos financeiros, que podem ser apresentados pelo valor justo, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A preparação das demonstrações contábeis da Sociedade está de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) aceitas no Brasil e, requerem o uso de estimativas contábeis por parte da Administração. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações contábeis estão demonstradas na nota explicativa nº 3.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 17 de março de 2026.

### 2.2. Declaração de conformidade e base de apresentação

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

#### a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

A IAS 21/CPC 02 (R2), antes das Alterações, não incluía requisitos explícitos para a determinação da taxa de câmbio quando uma moeda não é conversível em outra, o que levava a divergências na prática.

Uma moeda é considerada conversível quando a entidade consegue trocá-la por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração e para o propósito especificado, a entidade só puder obter da outra moeda um valor meramente simbólico ou irrelevante.

As alterações incluem principalmente o seguinte:

- Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é;
- Requisitos para estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra;
- Requisitos adicionais de divulgação quando uma entidade estima a taxa de câmbio à vista porque uma moeda não é conversível em outra;
- Orientações de aplicação para ajudar as entidades a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível;
- Exemplos ilustrativos; e
- Alterações à IFRS 1/CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/CPC 02 (R2) alterada.

A Entidade adotou as alterações à IAS 21/CPC 02 (R2) pela primeira vez no exercício corrente, entretanto, após análise interna, concluímos que tais alterações não acarretam impactos para a Entidade, por três razões principais:

- a Entidade não opera em ambientes com restrições cambiais relevantes;
- a Entidade não mantém operações no exterior ou estruturas societárias que dependam de conversão complexa de demonstrações contábeis; e
- Nossos fluxos financeiros e transações em moedas estrangeiras já seguem práticas compatíveis com o tratamento previsto pela norma.

Diante disso, concluímos que as revisões introduzidas no CPC 02 (R2) não alteram a contabilização, mensuração ou divulgação das operações da Entidade, não havendo impactos relevantes nas demonstrações contábeis ou em nossos procedimentos internos.

### 3. Principais práticas contábeis adotadas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

#### a. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa e aplicações financeiras com liquidez imediata, com vencimentos até três anos, indexadas ao CDI e baixo risco de crédito, por serem emitidos ou geridos por bancos de primeira linha, são mantidas com a finalidade de rentabilizar o caixa de curto prazo.

#### b. Ativo financeiro de concessão - ICPC 01 (R1) IFRIC 12

A Sociedade contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. As concessões estão dentro do alcance da ICPC 01 quando se considera que estão de acordo com os termos dos contratos de concessão. Os gastos com a infraestrutura não são registrados no ativo imobilizado da Sociedade porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle de uso da infraestrutura de serviços públicos. É previsto apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O respectivo ativo está classificado como Ativo Financeiro, considerando que existe um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da autoridade concedente.

#### c. Contas a receber

O contas a receber está constituído pelas contraprestações variáveis de serviços "bata cinza" e pelos valores de reequilíbrio financeiro (vide Nota Explicativa nº 7) junto a Secretaria do Estado de Saúde.

As contraprestações variáveis estão em sua totalidade relacionados a indicadores de desempenho previstos no Contrato de Concessão. A Sociedade possui um sistema de acompanhamento sistêmico de indicadores com aferições mensais e avaliados pelo Poder Concedente através de verificador independente. Até o momento, a Sociedade não recebeu nenhuma notificação de desaprovação pelo Poder Concedente.

A recomposição do equilíbrio contratual está assegurada no contrato de concessão. Atendendo às regras do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingente e Ativos Contingentes, o reequilíbrio financeiro é reconhecido nas demonstrações contábeis da Sociedade quando a entrada dos benefícios econômicos é praticamente certa.

d. Impostos e contribuições a compensar

Os impostos e contribuições a compensar são constituídos por retenções na fonte de imposto de renda, créditos de pagamento a maior, antecipações e saldos negativos de IRPJ e CSLL.

e. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Sociedade tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

f. Passivos contingentes e provisões

(a) As provisões para contingências são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

Os passivos contingentes avaliados como prováveis estão provisionados pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis estão divulgados na Nota 13 como provisões para contingências e os avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

(b) O contrato de concessão com a Secretária do Estado de Saúde prevê que o Sociedade realize todas as substituições, atualizações e manutenções dos equipamentos, de modo a atingir a plena satisfação dos indicadores de desempenho. Diante desta obrigação contratual, a Sociedade vem provisionando valores referente aos reinvestimentos em equipamentos que deverão ser realizados ao longo do período de concessão para recuperar a infraestrutura em um nível específico de operacionalidade antes de devolvê-la ao Poder Concedente. Os valores são reajustados com base nos índices de inflação - IPCA.

A contabilização é realizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão e atualizados com base no IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor. Os montantes estão divulgados na Nota 13 como provisões para reinvestimentos.

g. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos

As despesas de Imposto de Renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido.

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

h. Capital social

Composto exclusivamente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido.

i. Apurações do resultado

A receita de construção foi reconhecida considerando os gastos incorridos pela Sociedade na formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Sociedade na formação do seu ativo financeiro.

As receitas e despesas de construção tem como contrapartida o ativo financeiro, tendo em vista o direito incondicional de receber caixa do poder concedente.

A receita de concessão é constituída pelas contraprestações variáveis de serviços "bata cinza".

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de "Receitas/Despesas financeiras".

j. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC) - indireto

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa.

k. Impactos da reforma tributária

Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como "Reforma Tributária". O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais Substitutos e Mudanças:

- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;
- Imposto Seletivo (IS): Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027.

Manutenção Restrita do IPI: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;
- Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; e
- estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).

A Sociedade atendeu aos testes em ambiente de homologação e produção para destaque do IBS e CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026.

A Sociedade mantém controle dos termos de benefícios fiscais e têm ciência de que deverão ser informados em ambiente e-Cac para comprovação de sua onerosidade e, futuramente, elegíveis para recebimento de recursos do Fundo de Compensação.

A Sociedade reconhece a obrigatoriedade de entregar a DERE, novo documento fiscal instituído para viabilizar a apuração do IBS e da CBS, considerando as particularidades de setores cuja aferição não segue exclusivamente a sistemática padrão de débito e crédito. Essa declaração atende situações em que a base de cálculo do tributo não corresponde ao preço da operação, mas depende de apurações complexas envolvendo margens e controles específicos de deduções.

#### 4. Gestão de risco financeiro

##### 4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Sociedade a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Sociedade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A Sociedade não utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Sociedade contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Sociedade.

##### 4.2. Risco de mercado

###### (i) Risco cambial

Considerado praticamente nulo em virtude de a Sociedade não possuir ativos ou passivos significativos denominados em moeda estrangeira.

###### (ii) Risco de taxas de juros

As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 5.

A exposição da Sociedade vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros de mercado refere-se principalmente às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Esse risco é proveniente da possibilidade de a Sociedade vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Sociedade analisa sua exposição à taxa de juros de maneira dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento.

4.3. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Sociedade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez eficaz para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

4.4. Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
Caixa e bancos	467	2.692
<b>Títulos e valores mobiliários</b>		
Banco Itaú S.A.	6.031	2.830
Banco Bradesco S.A.	5.407	-
Banco Santander S.A.	1.223	1.065
	<u><b>13.128</b></u>	<u><b>6.587</b></u>

As aplicações financeiras são substancialmente compostas por aplicações em CDB's, compromissadas com Lastro de Terceiros e Fundos de Investimentos com compromisso de recompra pelos bancos. As emissões com rentabilidade que varia de 94% a 103,5% do CDI.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(Em milhares de Reais)

6. Ativo financeiro de concessão

O saldo representa a infraestrutura da concessão e corresponde ao direito contratual de receber caixa através da contraprestação mensal fixa, conforme demonstrativo a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo financeiro	214.844	215.408
Variações monetárias sobre ativo financeiro	49.837	46.219
Recebimentos do ativo financeiro atualizado	<u>(48.709)</u>	<u>(46.783)</u>
	<u>215.972</u>	<u>214.844</u>
Circulante	<u>53.095</u>	<u>50.827</u>
Não circulante	<u>162.877</u>	<u>164.017</u>

7. Contas a receber

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Parcela variável	6.075	5.817
Reequilíbrio financeiro	3.596	9.040
Receitas acessórias	235	236
Direito de exploração (*)	<u>(20)</u>	<u>(20)</u>
	<u>9.886</u>	<u>15.073</u>
Circulante	<u>6.354</u>	<u>6.033</u>
Não circulante	<u>3.532</u>	<u>9.040</u>

(\*) Refere-se à participação da Secretaria do Estado de Saúde de 25% sobre o valor bruto das receitas acessórias.

Abaixo, segue movimentação dos valores de reequilíbrio financeiro:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
	9.040	31.177
Reequilíbrio do ISS	6.141	2.362
Atualização financeira sobre reequilíbrio do ISS	824	5.534
(-) Recebimento	<u>(12.409)</u>	<u>(30.033)</u>
	<u>3.596</u>	<u>9.040</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(Em milhares de Reais)

- a) Para a formação da proposta comercial, o Edital previu que os licitantes deveriam considerar a incidência sobre a remuneração (aportes e contraprestações) uma alíquota de 2% (dois por cento) a título de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). No entanto, a alíquota prevista no município de Sorocaba é de 5% e a Sociedade vem arcando com o encargo tributário superior àquele previsto em sua proposta contratada. Em dezembro de 2024, foi reconhecida pela Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo o pleito de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente de divergências de alíquotas do ISS pagas sobre contraprestações.
- b) Em maio de 2023, a procuradoria Geral do Estado de São Paulo emitiu parecer favorável no qual reconheceu a aplicabilidade e exigibilidade trienal do Reajuste Complementar da Parcela Variável do Complexo Hospitalar de Sorocaba. O reajuste leva em consideração a variação de custos de mão-de-obra comparados aos índices da inflação conforme previsto na Cláusula 25.2 dos contratos de concessão administrativa.

8. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Modalidade	Taxas contratuais	Vencimento final	31/12/2025	31/12/2024
<b>Empréstimos</b>				
BNDES - Ponte A (a)	IPCA + 3,17% a.a. + Spread 2.94% a.a.	Agosto de 2034	5.743	6.137
BNDES - Ponte B (a)	IPCA + 3,03% a.a. + Spread 2.94% a.a.	Agosto de 2034	21.012	22.469
BNDES - Capital de giro (a)	IPCA + 3,03% a.a. + Spread 2.94% a.a.	Agosto de 2034	26.870	28.733
(-) Custos na captação de recursos (c)			(656)	(768)
			<u>52.969</u>	<u>56.571</u>
<b>Debêntures</b>				
1º emissão de debêntures (b)	CDI + 3,60% a.a.	Agosto de 2029	15.663	19.010
(-) Custos na captação de recursos (c)			(346)	(523)
			<u>15.317</u>	<u>18.487</u>
<b>Arrendamento Mercantil</b>				
Daycoval leasing - Banco Múltiplo S.A	Pré fixada 0,029100% coeficiente	Setembro de 2026	517	1.252
(-) Ajuste a valore presente			(6)	(33)
			<u>511</u>	<u>1.219</u>
			<u>68.797</u>	<u>76.277</u>
	Circulante		8.233	7.958
	Não circulante		60.564	68.319

(a) A Sociedade em novembro de 2016 celebrou contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), a última renegociação que a Sociedade realizou foi de alongamento do pagamento do principal através do 11º contrato aditivo em agosto de 2021 onde os pagamentos ocorrerão até agosto de 2034.

(b) A Sociedade em agosto de 2021 emitiu 27.160 mil debêntures, não conversíveis em ações, no valor unitário de 1.000 reais cada em recurso de longo prazo, com vencimento em agosto de 2029.

(c) Os gastos incorridos na captação de recursos por meio da contratação de empréstimos, financiamentos e debêntures foram contabilizados como redução do valor justo da dívida inicialmente reconhecido para evidenciação do valor líquido recebido. Os valores serão apropriados ao resultado em fluência do prazo dos contratos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(Em milhares de Reais)

Vencimento dos financiamentos de longo prazo:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
2026	-	8.233
2027	8.628	8.628
2028	9.583	9.583
2029	8.866	8.866
2030	6.130	6.130
Demais anos	27.357	26.879
	<u>60.564</u>	<u>68.319</u>

Garantias da operação

A Sociedade celebrou contrato de compartilhamento de garantias para assegurar o pagamento das obrigações de juros e principal ao BNDES e ao Agente fiduciário. As garantias são constituídas pelos direitos emergentes do Contrato de Concessão, de titularidade da Sociedade, incluindo o direito de receber todos e quaisquer valores pendentes de pagamento pelo Poder Concedente e/ou pela Sociedade Paulista de Parcerias (CPP) à Sociedade.

Além da cessão fiduciária, a Sociedade mantém como garantia de pagamento das obrigações dos contratos, conta vinculada destinada a receber os créditos decorrentes dos créditos cedidos e carta fiança junto ao Banco Itaú.

	<u>Data de abertura</u>	<u>Data vencimento</u>	<u>Saldo</u>
Fiança BNDES	10/06/2025	10/06/2027	5.410
			<u>5.410</u>

Cláusulas Contratuais Restritivas - *Covenants*

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados junto ao BNDES, bem como as escrituras de emissão de debêntures, estabelecem a manutenção de determinados índices financeiros (*covenants*), conforme descrito a seguir:

a) Índice de Capital Próprio (ICP)

A Sociedade deverá manter Índice de Capital Próprio (ICP) igual ou superior a 0,20, conforme definido contratualmente.

b) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

Após o atingimento do *completion* físico e financeiro do projeto, a Sociedade poderá realizar distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, desde que observadas as seguintes condições relativas ao ICSD:

- ICSD igual ou superior a 1,30: distribuição permitida sem necessidade de anuência prévia do BNDES;
- ICSD superior a 1,20 e inferior a 1,30: distribuição limitada a até 25% do resultado do exercício, independentemente de anuência prévia do BNDES;
- ICSD igual ou inferior a 1,20: vedada a distribuição de resultados sem prévia anuência do BNDES.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Patrimônio Líquido	61.093	51.396
Ativo Total	253.964	249.344
ICP	<u>0,24</u>	<u>0,21</u>

**ICP - Índice de Capita Próprio (ICP) igual ou superior a 0,20**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Geração Operacional de Caixa	33.355	26.659
Ebitda ajustado	47.527	45.966
(-) Imposto de renda e contribuição social corrente	(14.172)	(19.307)
Serviço da dívida	16.588	15.459
Pagamento de juros	8.852	9.128
Pagamento de principal	7.736	6.331
ICSD	<u>2,01</u>	<u>1,72</u>

**ICSD - Índice sobre cobertura da dívida igual ou superior a 1,20**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(Em milhares de Reais)

9. Obrigações e encargos trabalhistas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Provisão de férias e encargos	1.790	1.446
Ordenados, salários e pensão a pagar	636	611
INSS a pagar	479	388
IRRF a pagar	208	186
FTGS a pagar	138	114
Empréstimo consignado	34	14
Contribuições sociais a pagar	11	-
Outros	2	3
	<u>3.298</u>	<u>2.762</u>

10. Obrigações tributárias

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
IRPJ a recolher	4.815	5.996
CSLL a recolher	1.796	2.851
Cofins a recolher	953	2.425
ISS a recolher	736	2.000
Pis a recolher	186	496
PIS/COFINS/CSLL retido na fonte	160	105
INSS retido na fonte	159	32
ISS retido na fonte	100	43
IR retido na fonte	19	4
ICMS a recolher	4	9
	<u>8.928</u>	<u>13.961</u>

11. Partes relacionadas

Ativo não Circulante

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A	6	-
	<u>6</u>	<u>-</u>

Passivo circulante

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A	-	13
	<u>-</u>	<u>13</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(Em milhares de Reais)

12. Impostos diferidos

(a) Impostos diferidos ativos, passivos e na Demonstração do resultado

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre bases temporárias lançado ao resultado, exercício anterior	145.525	165.601
Movimentação da base do diferido, líquidos	(6.433)	(20.076)
<b>Base ajustada</b>	<b>139.092</b>	<b>145.525</b>
<b><u>No ativo não circulante</u></b>		
Imposto de renda diferido	8.675	7.116
Contribuição social diferido	3.123	2.561
	<b>11.798</b>	<b>9.677</b>
<b><u>No passivo não circulante</u></b>		
Imposto de renda diferido	43.448	43.496
Contribuição social diferido	15.642	15.659
	<b>59.090</b>	<b>59.155</b>
<b><u>Na demonstração de resultado</u></b>		
Imposto de renda diferido	1.608	3.977
Contribuição social diferido	580	1.432
	<b>2.188</b>	<b>5.409</b>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(Em milhares de Reais)

(b) Composição dos impostos diferidos passivos

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ")</b>		
Ativo financeiro de concessão	6.061	6.683
Varição monetária do ativo financeiro	36.504	34.553
Reequilíbrio financeiro	883	2.260
	<u>43.448</u>	<u>43.496</u>
<b>Contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL")</b>		
Ativo financeiro de concessão	2.182	2.406
Varição monetária do ativo financeiro	13.142	12.439
Reequilíbrio financeiro	318	814
	<u>15.642</u>	<u>15.659</u>
<b>Programa de Integração Social ("PIS")</b>		
Ativo financeiro de concessão	1.005	1.107
Varição monetária do ativo financeiro	949	898
Reequilíbrio financeiro	22	97
	<u>1.976</u>	<u>2.102</u>
<b>Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")</b>		
Ativo financeiro de concessão	4.639	5.114
Varição monetária do ativo financeiro	5.841	5.526
Reequilíbrio financeiro	108	501
	<u>10.588</u>	<u>11.141</u>
<b>Total dos impostos diferidos passivos</b>	<u><u>71.654</u></u>	<u><u>72.398</u></u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(Em milhares de Reais)

(c) Imposto corrente

Descrição	31/12/2025		31/12/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda (LAIR)	35.681	35.681	37.010	37.010
Adições	64.119	62.997	77.069	76.037
Exclusões	(56.703)	(56.702)	(55.932)	(55.932)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro antes dos abatimentos fiscais	43.097	41.976	58.147	57.115
Imposto calculado	(10.750)	(3.778)	(14.513)	(5.140)
Abatimentos dedutíveis para fins de imposto de renda	356	-	346	-
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido corrente a pagar - registrado no resultado	<u>(10.394)</u>	<u>(3.778)</u>	<u>(14.167)</u>	<u>(5.140)</u>
Total do IRPJ e CSLL a pagar	<u>(14.172)</u>		<u>(19.307)</u>	

13. Passivo contingente e provisões

	31/12/2025	31/12/2024
Provisões para reinvestimento	34.612	28.461
Provisões para contingências	89	-
	<u>34.701</u>	<u>28.461</u>

Com base nas informações fornecidas por seus assessores jurídicos e na análise das ações em andamento, a Administração entende que, para determinadas demandas, não há expectativa atual de saída provável de recursos que representem benefícios econômicos. Portanto, tais processos são classificados como contingências possíveis e não foram objeto de constituição de provisões nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 190.176 e em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 162.450.

14. Receita diferida

O contrato de concessão firmado com a Secretária do Estado de Saúde prevê a exploração de receitas acessórias no Hospital, mediante contratação de terceiros ou via subsidiária integral da Cedente. Em 2018, a Sociedade celebrou contrato para a exploração de atividade de estacionamento de veículos na área do Hospital Estadual de Sorocaba. Essa contratação contempla o recebimento a título de outorga, no valor de R\$ 4.800 recebidos em parcela única e registrados como Receita Diferida no balanço da Sociedade. A apropriação da receita será realizada pelo período de 17 anos (209 meses) de acordo com o contrato.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita diferida	1.998	2.205
	<u>1.998</u>	<u>2.205</u>

15. Patrimônio líquido

15.1 Capital Social

O capital social subscrito da Sociedade é de R\$ 30.457, representado por 30.456.694 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizado.

15.2 Reserva de Lucros

(a) Reserva legal

Constituída por um montante equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade não constituiu reserva legal pelo motivo de ter atingido o limite de 20% do capital.

(b) Reserva de lucros

A administração da Sociedade, em atendimento ao disposto no artigo 192 da Lei nº 6.404/1976 propõe que os lucros não distribuídos sejam retidos para fazer face ao capital de giro necessário para o cumprimento dos orçamentos de custo a incorrer para conclusão dos contratos de construção em andamento.

Para convalidar a referida retenção, propõe o aumento de capital em montante suficiente para que este não fique inferior às reservas de lucros, conforme requerido pelo artigo 199 da Lei nº 6.404/1976.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(Em milhares de Reais)

A efetiva deliberação sobre a destinação dos lucros ocorrerá por ocasião da Assembleia Geral Ordinária convocada para aprovação das demonstrações contábeis.

### 15.3 Dividendos

Observadas as condições do Edital e do Contrato de Concessão com a Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo e a satisfação das Cláusulas restritivas *Covenants* previstos no empréstimo com o BNDES e na emissão de debêntures (vide Nota 8), a Sociedade poderá efetuar livre distribuição de dividendos a seus acionistas com base em balanço levantado em cada ano civil, podendo, porém, levantar balanços extraordinários para esse fim. Em 2025, a administração decidiu pelo pagamento de dividendos no montante de R\$ 14.000 (2024 - 44.500).

### 16. Receita de serviços

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita de concessão	76.430	73.267
Reequilíbrio do ISS	6.141	2.362
Outras receitas	466	438
	<u>83.037</u>	<u>76.067</u>
Tributos sobre receitas	(9.592)	(10.440)
(-) Outorga variável	(117)	(110)
	<u>(9.709)</u>	<u>(10.550)</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	<u><b>73.328</b></u>	<u><b>65.517</b></u>

### 17. Custos dos serviços prestados

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Serviços contratados	(34.009)	(29.180)
Custo com pessoal	(18.801)	(15.556)
Materiais aplicados na execução de serviços	(6.459)	(6.415)
Provisão para reinvestimentos	(3.351)	(3.375)
Aluguéis	(206)	(111)
Outros custos	(1.722)	(1.425)
<b>Custos da operação</b>	<u><b>(64.548)</b></u>	<u><b>(56.062)</b></u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(Em milhares de Reais)

18. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Despesas com pessoal	(5.437)	(6.433)
Serviços contratados	(1.093)	(753)
Amortizações	(342)	(600)
Impostos e taxas	(267)	(348)
Aluguéis	(260)	(282)
Seguros	(165)	(179)
Depreciações	(4)	(4)
Materiais de uso e consumo	(42)	(17)
Outras despesas	(460)	(488)
	<u>(8.070)</u>	<u>(9.104)</u>

19. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Variações monetárias sobre ativo financeiro	49.837	46.219
Varição monetária sobre reequilíbrio do ISS	824	5.534
Variações monetárias ativas	422	126
Juros sobre aplicações financeiras	1.636	1.385
Outras receitas financeiras	1	79
Impostos sobre receitas financeiras	(2.455)	(2.481)
	<u>50.265</u>	<u>50.862</u>

Despesas financeiras

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Juros sobre empréstimos	(8.821)	(9.158)
Variações monetárias sobre reinvestimento	(2.801)	(2.311)
Comissões bancárias	(476)	(462)
Juros de mora	(343)	(105)
Juros sobre arrendamento	(75)	(51)
Outras despesas financeiras	(540)	(392)
	<u>(13.056)</u>	<u>(12.479)</u>

20. Informações complementares de Ebitda (não auditado)

Abaixo segue o Ebitda ajustado considerando os pagamentos das contraprestações mensais fixas que representam a remuneração do Ativo Financeiro:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e resultado financeiro	(1.528)	(1.373)
(+) Depreciações e amortizações	346	604
<b>Ebitda</b>	<u>(1.182)</u>	<u>(769)</u>
(+) Parcela fixa - Ativo financeiro	48.709	46.735
<b>Ebitda ajustado</b>	<u><u>47.527</u></u>	<u><u>45.966</u></u>

21. Seguros

A Sociedade possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação.

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Sociedade mantém apólices específicas, como a seguir demonstrado:

Projeto	Ramo	Montante da Cobertura
Tokio Marine	Riscos Nomeados	435.663
Pottencial Seguradora S/A	Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços	20.417
Fair Fax Brasil Seguros	Responsabilidade civil	10.000
Performance Bond	Fiança Bancária	5.000

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dadas a sua natureza e peculiaridade, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, dessa forma, não foram revisadas pelos auditores independentes.

## 22. Eventos Subsequentes

Até a data da publicação das demonstrações contábeis, não houve eventos subsequentes passível de divulgação, no âmbito do CPC 24 - Eventos subsequentes.